



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**DÁVILA FERREIRA BARROS
LETÍCIA ROCHA CRUZ
LUCIANA GOMES DE ARAÚJO**

**A PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE DIREITOS E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO
SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

**FORTALEZA
2023**

DÁVILA FERREIRA BARROS
LETÍCIA ROCHA CRUZ
LUCIANA GOMES DE ARAÚJO

**A PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE DIREITOS E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO
SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Artigo TCC apresentado ao curso de Serviço Social do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – como requisito para a obtenção do grau de bacharel, sob a orientação do prof. Dr. Francisco Secundo.

FORTALEZA

2023

DÁVILA FERREIRA BARROS
LETÍCIA ROCHA CRUZ
LUCIANA GOMES DE ARAÚJO

A PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE DIREITOS E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO
SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Artigo TCC apresentada no dia 04 de
Dezembro de 2023 como requisito para a
obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social do Centro Universitário Fametro –
UNIFAMETRO – tendo sido aprovado pela
banca examinadora composta pelos
professores abaixo:

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Francisco Secundo

Orientador – Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

Prof^a. Dr. Evânia Severiano

Membro - Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

Prof^a. Ms. Roberta Mapurunga

Membro - Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

AGRADECIMENTOS

As nossas famílias e amigos que com sua dedicação e cuidado sempre estiveram ao nosso lado e nos apoiaram em todos os momentos ao longo desse processo. À Deus pelo dom da vida, pela ajuda e proteção, pela Sua força e presença constante, e por nos guiar à conclusão de mais uma preciosa etapa de nossas vidas.

Porque só esta profissão me dá esperanças de criar condições de igualdade para que todos possam usufruir de uma sociedade mais livre e justa.

José Paulo Netto, sobre o Serviço Social

A PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE DIREITOS E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Dávila Ferreira Barros
Letícia Rocha Cruz
Luciana Gomes de Araújo

RESUMO

Este é um estudo de revisão de literatura acadêmica sobre a atuação do serviço social junto aos idosos. Diante do aumento da expectativa de vida, o envelhecimento populacional torna-se uma realidade desafiadora. Em países desenvolvidos, políticas de bem-estar social amparam os idosos, enquanto em nações em desenvolvimento, como o Brasil, políticas sociais específicas enfrentam desafios. A condição de classe impacta significativamente, evidenciando a necessidade de políticas públicas para garantir os direitos dos idosos, especialmente os mais vulneráveis. O presente estudo ressalta a importância da família no apoio emocional aos idosos, destacando o papel do Serviço Social na garantia de direitos e dignidade nessa fase da vida. E, por fim, a análise dos artigos revela a necessidade de políticas mais efetivas no Brasil, abordando desde a proteção social até os desafios dos cuidadores familiares.

Palavras-Chave: Idosos; Serviço Social; Proteção Social

ABSTRACT

This is a review study of academic literature on the role of social services with the elderly. Given the increase in life expectancy, population aging becomes a challenging reality. In developed countries, social welfare policies support the elderly, while in developing nations, such as Brazil, specific social policies face challenges. Class status has a significant impact, highlighting the need for public policies to guarantee the rights of the elderly, especially the most vulnerable. The present study highlights the importance of the family in providing emotional support to the elderly, highlighting the role of Social Services in guaranteeing rights and dignity at this stage of life. And, finally, the analysis of the articles reveals the need for more effective policies in Brazil, addressing everything from social protection to the challenges of family caregivers.

Keywords: Elderly; Social Service; Social Protection.

1 INTRODUÇÃO

O estudo proposto tem como foco a investigação da abordagem da literatura acadêmica sobre a atuação do serviço social junto às pessoas idosas. No contexto atual, a longevidade representa um triunfo, refletindo o progresso científico que impulsionou o aumento da expectativa de vida no século XXI. O envelhecimento populacional é uma realidade que afeta diversas partes do mundo, incluindo a sociedade brasileira, demandando uma compreensão ampliada e interdisciplinar, especialmente na área de Serviço Social.

O envelhecimento não é apenas um fenômeno demográfico; é complexo e influenciado por fatores sociais e históricos. Nesse contexto, a situação dos idosos é diferenciada pelas condições de classe social, destacando-se a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a efetivação dos direitos das pessoas idosas, especialmente aquelas das classes mais vulneráveis.

No Brasil, a legislação, como o Estatuto do Idoso, reconhece a pessoa idosa como sujeito de direitos, estabelecendo prioridades e atenção especial. No entanto, a implementação plena dessas políticas ainda é um desafio significativo, especialmente para os idosos em condições mais precárias.

A proteção social e a promoção do envelhecimento ativo emergem como elementos cruciais na agenda pública, exigindo a execução de políticas que assegurem a qualidade de vida dos idosos. A atuação do Serviço Social, desde a Constituição Federal de 1988, tem sido essencial na garantia dos direitos sociais, incluindo a assistência social, a previdência e a saúde, contribuindo para a transformação da realidade dos idosos.

Este estudo busca analisar criticamente o papel do Serviço Social diante dos desafios do envelhecimento populacional, reconhecendo a importância de uma atuação comprometida com a promoção da autonomia, dignidade e direitos das pessoas idosas. E para demonstrarmos o que conseguimos alcançar nesta investigação temos a seguinte estrutura neste artigo: em um primeiro momento tratamos de um ponto de vista teórico sobre a pessoa idosa como um sujeito de direitos, especialmente na sociedade brasileira contemporânea; em seguida,

tratamos, de uma abordagem generalista, da atuação do Serviço Social junto às pessoas idosas no Brasil; após, seguimos para um estudo discriminado e detalhado dos artigos pesquisados e escolhidos para esta investigação, demonstrando em cada um, quais os objetivos, a metodologia e os resultados apresentados; na sequência, fazemos uma breve síntese da análise dos artigos; e concluímos este artigo-relatório com nossas considerações finais.

2. A pessoa idosa como um sujeito de direitos

Na contemporaneidade a longevidade é um triunfo uma vez que o aumento da expectativa de vida no século XXI tem sido um progresso da ciência. O envelhecimento populacional é um fato real em nossa sociedade e pode ser entendido como um processo natural do ser humano. Não tem como negar a velhice, afinal, todos envelhecem, com as limitações que se apresentam e se intensificam com o passar dos anos. Em consequência disto, temos uma população que envelhece a longos passos em várias partes do mundo e na sociedade brasileira.

Estudos sobre o efeito do envelhecimento populacional nos países em desenvolvimento são bastante escassos e centram-se, principalmente, nos processos relacionados às condições de saúde, como aposentadoria e arranjos familiares para o suporte dos idosos. O interesse em pesquisar o envelhecimento passou a ganhar maior importância recentemente nos países em desenvolvimento. Isso decorreu, sobretudo, do aumento acelerado da população acima de 60 anos em relação à população geral. O número de indivíduos com idade acima de 60 anos mais do que dobrou nos últimos 50 anos. O desafio das sociedades no século XXI será cuidar dessa população crescente de idosos, em especial os idosos das classes mais pobres que convivem de forma mais difícil com os problemas próprios da idade como as doenças crônicas e incapacitantes.

O envelhecimento se configura na sociedade de distintas formas, tendo uma dimensão social e histórica. Neste sentido, os diferentes aspectos da velhice poderiam ser explicitados da seguinte maneira: enquanto saber especializado pela ciência; como objeto de intervenção do Estado; como apropriação pelo mercado capitalista; como possibilidades de vivências pelos sujeitos; como objeto imerso nas conjunturas contemporâneas (CORREA, 2009). O processo de envelhecimento

também não se resume aos aspectos demográficos, sua complexidade exige estudos interdisciplinares e com múltiplos ângulos, não somente da área de saúde, mas, de diversas áreas, inclusive do Serviço Social.

O envelhecimento é um fenômeno presente na história da humanidade, mas demonstra características distintas conforme a cultura, o tempo e o espaço. Nos países desenvolvidos onde se instaurou o chamado Estado de Bem-Estar Social, sobretudo na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, os idosos (e outros segmentos vulneráveis da sociedade) contaram com programas e serviços que lhes garantiam um final de vida amparado no aspecto material. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, as políticas sociais voltadas para os idosos ainda estão longe de serem executadas plenamente, sendo este um grande desafio na atualidade para o poder público, a sociedade e as equipes multiprofissionais (GOLDMAN, 2008).

O direito a envelhecer com dignidade e com qualidade de vida pressupõe a adoção de medidas concretas de proteção social pelo Estado pautadas em instrumentos legais, tendo como desafios na atualidade a afirmação e a sustentabilidade de compromissos históricos que visam a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária para todas as gerações (SILVA, 2016). A agenda pública no enfrentamento do crescimento populacional dos idosos que pressupõe a proteção social deve incorporar a execução de políticas que promovam o envelhecimento ativo, propiciando qualidade de vida; também a implantação de políticas e programas que promovam uma sociedade inclusiva e coesa para todas as faixas etárias (BERZINS apud SILVA, 2016, p. 219). Portanto, o envelhecimento humano não se constitui como um fenômeno homogêneo e a-histórico, muito pelo contrário, outras variantes devem ser consideradas para entender o envelhecer.

A condição de classe social é um fator importante para se considerar no estudo do envelhecimento, pois tal condição “torna diferenciada a situação dos idosos, reproduzindo-se, nessa faixa etária, as condições de vida que perpassam o cotidiano das classes sociais fundamentais” (GOLDMAN, 2008, p. 162). Nesse aspecto, torna-se fundamental a existência de políticas públicas visando a efetivação dos direitos das pessoas idosas, sua autonomia e dignidade, principalmente os idosos das classes pobres e vulneráveis (OTTONI; CARDOSO, 2019). Isto faz com que surjam várias demandas no cotidiano das pessoas idosas dessas classes.

Destarte, no Brasil das últimas décadas, a pessoa idosa é entendida como um sujeito de direitos e suas necessidades são amparadas em legislações específicas como o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e a Política Nacional do idoso (PNI). Temos, também, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que tornou a pessoa idosa como um dos sujeitos de atenção prioritária das ações do campo da assistência social, como segmentação deste fundamento legal, a área da assistência social passou a ser reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado.

É nesse contexto complexo e desafiador que se deve resgatar e reafirmar o compromisso ético-político dos(as) assistentes sociais na defesa das políticas públicas, dos direitos da população e da qualidade dos serviços prestados aos usuários, inclusive as pessoas idosas. A longevidade é uma conquista da civilização humana contemporânea, diz Silva (2016), e é direito das pessoas envelhecerem com dignidade, daí a importância da proteção desses sujeitos ser um direito que “engloba o compartilhamento de responsabilidades entre a família, o Estado e a sociedade” (SILVA, 2016, p. 223).

O papel da família é de suma importância em relação aos idosos, para que possam se sentir amados e protegidos, sendo fator preponderante, pois ajuda a diminuir doenças como a depressão, devido ao sentimento de solidão que atinge os idosos. O convívio com os netos, por exemplo, é revitalizante, pois os mantém ativos e melhora a condição de vida (GUTERRES, 2019). O abandono familiar à pessoa idosa é um dos maiores problemas enfrentados por esse grupo social, mesmo que se ressalte que essa “presença” da família não afaste a responsabilidade do Estado aos idosos (ARGOLO; FURTADO, 2013).

A Constituição Federal de 1988 delega à família, “amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e seu bem-estar garantindo-lhes o direito à vida”. Os vínculos sociais e emocionais se fazem necessários para assegurar uma estabilidade emocional para que assim, se sintam amados e acolhidos num momento especial de suas vidas, haja visto a importância do cuidado e carinho da família. O contato constante com a família é essencial para essa população para dar mais tranquilidade e dessa maneira, se sentirem mais importantes e queridos, pois traz a sensação de bem-estar e proporciona mais qualidade de vida. Sendo assim, contar com o apoio e a presença constante da família, mesmo que se considerem idosos institucionalizados – os que

façam parte de instituições asilares –, pode contar com o amor e o cuidado necessários para assim proporcionar um envelhecimento saudável.

Em síntese, em seus diversos formatos, o convívio familiar é essencial para um envelhecimento saudável e faz toda diferença na qualidade de vida e no processo do envelhecer. Percebe-se que a falta do convívio com a família é um grande problema para a pessoa idosa (FERREIRA,2021)

3 A atuação do serviço social junto aos idosos

O Serviço Social é uma profissão, uma ciência social aplicada e uma prática social que se desenvolve com relativa autonomia de critérios e, conseqüentemente, com responsabilidade social. É, por fim, uma atuação que se volta para a luta por direitos junto a todos que precisam e à sociedade como um todo. E no Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, que o Serviço Social busca a garantia de direitos sociais ao lado de políticas públicas que garantem a Seguridade Social, a Saúde, a Previdência Social e, logicamente, a Assistência Social.

No caso da pessoa idosa, a atuação do serviço social está pautada em assegurar direitos a esta categoria social. Desse modo, o processo de envelhecimento tem se apresentado enquanto demanda para o campo de atuação do Serviço Social, pois segundo Pereira (2007) existem várias evidências empíricas bastantes contundentes que atualmente conduzem os cursos de Serviço Social a se interessarem pela temática do envelhecimento. Nesse sentido, a aproximação com a realidade, e o estudo do tema na academia, deixa de ser apenas figurativo para a prática do assistente social, tornando-se condição do mesmo enquanto objeto de conhecimento na busca de uma ação transformadora.

À medida que o Serviço Social supera sua visão conservadora passa a entender o movimento de contradição e a reflexão da realidade sobre a profissão, alinhando o seu exercício profissional em um posicionamento mais comprometido com os interesses das classes vulneráveis. Além disso é importante frisar, que esse processo conjuntural não veio a impedir, o comprometimento de inúmeros assistentes sociais que, no dia a dia, empenham-se na luta pela concretização dos princípios fundamentais colocados no Código de Ética Profissional, como a ampliação da cidadania, defesa da democracia e opção pelo o direcionamento de um projeto

profissional que colabore com o processo de construção de uma nova ordem societária.

Mas, nos tempos da ofensiva de políticas neoliberais que pautam a diminuição da ação estatal sobre a garantia de direitos sociais, o projeto ético-político da profissão tem sido bastante combatido. Logo, uma das principais alternativas para se fortalecer esse projeto está exatamente associada à competência profissional dos assistentes sociais. Segundo Bonneti (2007), neste sentido, a competência profissional deve estar balizada sobre o marco do pensamento crítico.

No caso do segmento populacional idoso, a atuação do Serviço Social é, principalmente, no sentido de que a vida da pessoa idosa seja preservada com dignidade. Os direitos do idosos são garantidos legalmente no Brasil tanto pela Constituição Federal de 1988 como pelo Estatuto do Idoso (2003) que apontam diretrizes basilares como o atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde, prioridade na tramitação de processos judiciais, vagas preferenciais em estacionamento, meia entrada em eventos culturais e esportivos.

Como destaca Machado (2015), a atuação profissional do Serviço Social junto ao idoso ainda é uma área pouco conhecida, o que requer um comprometimento do assistente social em contribuir para a efetivação dos direitos dessas pessoas, “bem como discutir propostas de atuação e sensibilizar o profissional para a atuação voltada para a promoção da autonomia e do direito”. Sendo assim, o profissional de Serviço Social, contribui com o incentivo para que a população idosa tenha acesso a tudo que lhe corresponde como direito nas políticas sociais que englobam, no geral, a saúde, a educação e a assistência. Áreas sociais que podem oferecer melhor qualidade de vida aos idosos.

4. Análise dos artigos

Artigo 01 - Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. Autores: Maria do Rosário de Fátima e Silva; Maria Carmelita Yazbek.

OBJETIVOS: percorrer o processo de constituição e concretização do sistema de proteção social na América Latina e nele localizar as medidas específicas de proteção social adotadas pelo governo brasileiro no atendimento das demandas da população idosa.

METODOLOGIA: escolheu-se como marco histórico de análise da realidade latino-americana a I Conferência Intergovernamental sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe, realizada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), em novembro de 2003, em Santiago, no Chile, como síntese das medidas de proteção social que vêm sendo destinadas pelos países do continente ao segmento social idoso. Para a experiência brasileira, elegeu-se como marco as prerrogativas legais relacionadas aos direitos dos idosos e à Seguridade Social implementadas a partir dos anos 1990. São abordadas as concepções sobre proteção social e envelhecimento, encaradas como direito e conquista da civilização humana no século 21.

RESULTADOS: a rede de proteção social no Brasil ainda carece de mais efetividade com a aplicação de políticas públicas mais direcionadas para essa categoria social, pois ainda existem muitos idosos, especialmente os mais pobres e vulneráveis, que sofrem com uma série de ausências nos seus direitos básicos para uma vida digna. E, propõem os autores, é preciso implementar políticas sociais que valorizem a diversidade e a participação social das pessoas idosas.

Artigo 02 - A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. Autores: Márcia R.S.S. Barbosa Mendes; Josiane Lima de Gusmão; Ana Cristina Mancussi e Faro; Rita de Cássia Burgos de O. Leite.

OBJETIVOS: discutir sobre a situação social do idoso no Brasil, considerando os aspectos demográficos, epidemiológicos e os aspectos psicossociais com destaque para a aposentadoria, a importância da família e as relações interpessoais.

METODOLOGIA: esta investigação foi realizada por uma revisão de literatura acadêmica de fontes nacionais e internacionais sobre a situação social do idoso no

Brasil. Os critérios de inclusão foram, artigos publicados entre 1990 e 2004, que abordassem os aspectos demográficos, epidemiológicos e psicossociais do envelhecimento no Brasil, com ênfase na aposentadoria, na família e nas relações interpessoais. Os critérios de exclusão foram artigos que não se relacionassem diretamente com o objetivo do estudo.

RESULTADOS: esse artigo científico demonstra que a situação social do idoso no Brasil é marcada por diversos desafios e contradições, que envolvem aspectos demográficos, epidemiológicos e psicossociais. Alguns dos principais resultados encontrados são que o Brasil apresenta um processo de envelhecimento populacional acelerado, que implica em mudanças na estrutura etária, na composição familiar e na demanda por serviços de saúde e assistência social. Segundo o IBGE, a população brasileira com 60 anos ou mais passou de 4,8% em 1980 para 9,1% em 2004, e a projeção é que chegue a 18,6% em 2025. Esse fenômeno é resultado da queda da fecundidade e da mortalidade, que aumentam a expectativa de vida da população. O Brasil é considerado um país que envelhece rapidamente, pois levará apenas 21 anos para dobrar a proporção de idosos, enquanto países desenvolvidos como a França e a Suécia levaram mais de 100 anos para isso. Essa transição demográfica traz consigo uma série de desafios para a sociedade, que precisa se adaptar às novas demandas e necessidades dessa população, especialmente nas áreas de saúde, previdência, educação, trabalho, lazer e assistência social.

Artigo 03 - Envelhecimento, família e cuidador de idoso: os conflitos entre as demandas do trabalho de cuidado e do trabalho na esfera da produção social. Autores: [Muller, Elaine e Fransiele.]

OBJETIVO: este artigo tem como objetivo geral analisar como os cuidadores familiares enfrentam os conflitos entre o trabalho de cuidado de idosos dependentes e as demandas do trabalho remunerado na esfera da produção social. O artigo aborda os temas do envelhecimento, família, trabalho e trabalho de cuidado no contexto do capitalismo contemporâneo, considerando o papel do Estado, das políticas sociais e das legislações protetivas ao idoso. O artigo também tem como objetivos específicos: **a)** Identificar o perfil socioeconômico dos familiares cuidadores dos

idosos dependentes compreendidos no universo da pesquisa; **b)** Identificar as dificuldades que os cuidadores familiares de idosos dependentes enfrentam no processo de trabalho de cuidado; **c)** Verificar as estratégias que as famílias utilizam para articular as demandas do trabalho de cuidado ao idoso dependente e o trabalho remunerado; **d)** Relacionar a dependência dos idosos com os cuidados prestados pelos familiares; **e)** Conhecer como os cuidadores familiares se inserem ou não no mercado de trabalho remunerado, considerando o cuidado de idosos dependentes.

METODOLOGIA: a pesquisa é qualitativa e analítico-explicativa, feita por meio de pesquisa documental e de campo. A pesquisa qualitativa busca compreender a realidade social dos sujeitos envolvidos no estudo, considerando suas percepções, experiências, sentimentos e valores através de entrevistas. A pesquisa analítico-explicativa visa identificar as causas e as consequências dos fenômenos estudados, bem como as relações entre eles. A pesquisa documental consiste na análise de documentos oficiais e não oficiais que possam fornecer dados relevantes para a investigação. A pesquisa de campo envolve o contato direto com os sujeitos da pesquisa, por meio de técnicas como observação, entrevista e questionário. A pesquisa documental foi composta por uma etapa de levantamento nos prontuários dos idosos que foram acompanhados pelo Serviço de Prevenção e Reabilitação de Deficiências e Incapacidades (SEPREDI) entre o período de 2013 a 2018, para seleção dos familiares cuidadores informais que participaram da entrevista semi estruturada. Foram selecionados dez cuidadores familiares informais, sendo nove mulheres e um homem, com idades entre 30 e 67 anos, que cuidavam de idosos dependentes de diferentes graus e com diferentes patologias. A entrevista semi estruturada foi realizada com base em um roteiro previamente elaborado, contendo questões abertas e fechadas sobre o perfil socioeconômico dos cuidadores, as dificuldades enfrentadas no trabalho de cuidado, as estratégias utilizadas para conciliar cuidado e trabalho remunerado, a dependência dos idosos e os cuidados prestados pelos familiares, e a inserção ou não dos cuidadores no mercado de trabalho remunerado. As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas de acordo com a técnica de análise de conteúdo, que consiste na identificação de categorias, temas e subtemas a partir dos dados coletados. As categorias centrais de análise versam sobre: envelhecimento populacional, idoso

dependente, família, Estado, política social, trabalho remunerado e trabalho de cuidado. Essas categorias foram definidas a partir do referencial teórico do estudo, que aborda os conceitos de envelhecimento, família, trabalho e trabalho de cuidado no contexto do capitalismo contemporâneo, considerando o papel do Estado, das políticas sociais e das legislações protetivas ao idoso. O estudo também se baseia na perspectiva de gênero, que reconhece as desigualdades e as diferenças entre homens e mulheres na sociedade, especialmente no que se refere ao trabalho de cuidado, que é predominantemente feminino e não valorizado socialmente. A metodologia do estudo permite uma compreensão crítica e reflexiva da realidade dos cuidadores familiares de idosos dependentes, bem como dos conflitos entre as demandas do trabalho de cuidado e do trabalho na esfera da produção social.

RESULTADOS: o artigo mostra que os cuidadores familiares têm um perfil socioeconômico baixo, sendo predominantemente mulheres, com baixa escolaridade e renda, e que cuidam de idosos com diferentes graus e tipos de dependência e patologias. O artigo também destaca que os cuidadores familiares são, em sua maioria, filhos ou filhas dos idosos, seguidos por cônjuges ou companheiros, e que a maioria reside na mesma casa que o idoso. Em um segundo momento, os autores revelaram as dificuldades que os cuidadores familiares enfrentam no trabalho de cuidado, como a falta de tempo, a sobrecarga física, emocional e familiar, o estresse, a depressão, o isolamento social, a falta de apoio e reconhecimento, a violência e a negligência. O artigo também aponta que os cuidadores familiares sofrem com a falta de recursos financeiros, materiais e humanos para realizar o trabalho de cuidado, e que muitas vezes não contam com o auxílio do Estado, das políticas sociais e dos serviços de saúde. Numa terceira seção, os pesquisadores expõem as estratégias que os cuidadores familiares utilizam para conciliar o trabalho de cuidado com o trabalho remunerado na esfera da produção social, como a saída do trabalho formal e a inserção no mercado informal, a opção por ter um negócio próprio, a redução da carga horária de trabalho, a flexibilização do horário de trabalho, a divisão do trabalho de cuidado com outros familiares, a contratação de cuidadores profissionais ou a utilização de serviços de acolhimento institucional. Os autores também discutem as implicações dessas estratégias para a vida dos cuidadores familiares, como a perda de direitos trabalhistas, a precarização do trabalho, a diminuição da renda, a

dependência financeira, a perda de autonomia e a reprodução das desigualdades de gênero. Na quarta e última seção, os pesquisadores relacionam a dependência dos idosos com os cuidados prestados pelos familiares, considerando os aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais dos idosos. O artigo descreve as atividades que os cuidadores familiares realizam para atender às necessidades dos idosos, como a higiene pessoal, a alimentação, a medicação, a locomoção, o lazer, a companhia, o afeto, a comunicação, a orientação, a estimulação e a proteção. Por fim, os autores analisam como os cuidadores familiares percebem a dependência dos idosos, como lidam com as mudanças na relação familiar, como expressam seus sentimentos em relação ao trabalho de cuidado e como avaliam a qualidade dos cuidados que prestam.

Artigo 04 - Refletindo sobre o estatuto do idoso: em perspectiva o olhar da pessoa idosa. Autores: Ávila e Maria Helena Weber.

OBJETIVOS: O artigo tem como objetivo geral analisar como idosos inseridos em grupo de convivência compreendem a efetivação do Estatuto do Idoso para dar visibilidade a esta legislação enquanto possibilidade de direito. Os objetivos específicos do trabalho são: **a)** compreender as legislações e políticas brasileiras que garantem os direitos dos idosos; **b)** identificar quais são as ações implementadas no CRAS Leonel Brizola voltadas ao fortalecimento do direito do idoso; **c)** verificar se os idosos conhecem e têm utilizado o Estatuto para reivindicar direitos; **d)** identificar se os idosos acreditam que houve avanços em termos de direito com a promulgação do Estatuto do Idoso; **e)** pontuar desafios e possibilidades observadas pelos idosos na efetivação do Estatuto do Idoso. O trabalho busca chamar a atenção sobre a importância desta legislação e da necessidade de assegurar os direitos da pessoa idosa, de forma a divulgar o Estatuto do Idoso e destacar a importância e/ou dever de ampliar os direitos e a autonomia das pessoas acima de 60 anos. O trabalho também ressalta a importância de propor discussões em torno do acesso a direitos dos idosos, aprofundar o conhecimento e informação, e repensar propostas de trabalho processuais e contínuas junto ao Grupo de Convivência sobre os direitos. Os autores também buscam compreender o contexto histórico e legal dos direitos dos idosos no

Brasil e apontar os desafios e possibilidades para garantir a autonomia e a dignidade dessa população.

METODOLOGIA: O artigo utiliza o método dialético-crítico e a pesquisa qualitativa como metodologias para analisar a compreensão dos idosos sobre o Estatuto do Idoso e sua efetivação como direito. Dessa forma, para realizar a coleta de dados, os autores do artigo utilizaram a técnica da entrevista, aplicando formulários com questões abertas e fechadas a dez idosos que participam do Serviço de Convivência do CRAS Leonel Brizola, no município de São Borja-RS. As questões abordaram aspectos como o conhecimento e a utilização do Estatuto do Idoso, a percepção sobre os avanços e os desafios na garantia dos direitos dos idosos, e as ações desenvolvidas pelo CRAS para fortalecer esse direito. As entrevistas foram gravadas e transcritas, respeitando o anonimato dos participantes. No tratamento dos resultados, os autores realizaram a tabulação e a interpretação dos dados, confrontando-os com o referencial teórico e os objetivos da pesquisa.

RESULTADOS: os resultados apresentados da pesquisa realizada com dez idosos que participam do Serviço de Convivência do CRAS Leonel Brizola, no município de São Borja-RS foram organizados em quatro categorias de análise: conhecimento e utilização do Estatuto do Idoso, avanços e desafios na garantia dos direitos dos idosos, ações desenvolvidas pelo CRAS para fortalecer o direito do idoso e desafios e possibilidades na efetivação do Estatuto do Idoso. Sobre o conhecimento acerca do Estatuto, os idosos participantes da pesquisa, demonstraram ter um conhecimento superficial e limitado e que não o utilizam para reivindicar seus direitos. Os idosos reconhecem que houve alguns avanços na garantia dos direitos dos idosos, como a prioridade no atendimento, a gratuidade no transporte público e a oferta de atividades de lazer e cultura. No entanto, eles também apontam vários desafios, como a falta de respeito, a violência, a discriminação, a exclusão, a falta de acesso à saúde, à educação, à moradia e à renda. Os idosos avaliam positivamente as ações desenvolvidas pelo CRAS para fortalecer o direito do idoso, como o grupo de convivência, as oficinas, as palestras, os passeios e as festas. Eles afirmam que essas ações contribuem para a sua autoestima, integração, socialização, aprendizagem e diversão. Por fim, os idosos identificam alguns desafios e possibilidades na efetivação

do Estatuto do Idoso, como a necessidade de maior divulgação, informação, conscientização, fiscalização, participação e mobilização dos idosos e da sociedade em geral. Portanto, os autores concluem que a partir da pesquisa feita, os idosos não se reconhecem como sujeitos de direitos, e que há uma lacuna entre a legislação e a realidade vivenciada pelos idosos. Os pesquisadores destacaram a importância do trabalho do CRAS para promover o direito do idoso, e sugere a realização de mais pesquisas e intervenções sobre o tema.

5. Síntese dos artigos

Os artigos “A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração”, “Refletindo sobre o estatuto do idoso: em perspectiva o olhar da pessoa idosa” e o “A pessoa idosa no Brasil”, corroboram com a perspectiva de que, o idoso, na contemporaneidade tem uma expectativa de vida maior, dessa forma, enfrentam maiores desafios dos quais o serviço social atua, para melhorar e ampliar o acesso aos direitos desses indivíduos, para que não fiquem à margem da sociedade, tendo, como por exemplo, a aposentadoria, passe livre, moradia, proteção social e acesso a atendimento à saúde, entre outros.

Os Artigos “Proteção Social do idoso: concepção e diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil”, “Atuação do Serviço Social junto ao Idoso”, estão relacionados dentro do processo de regulamentação e desenvolvimento do Serviço Social percorrendo por uma trajetória de desafios e demandas, tendo a pessoa idosa como sujeito de direitos. Os mesmos relatam o envelhecimento como uma realidade citada na pesquisa, que o Profissional Assistente Social tem a questão social como base de fundação na especialização de seu trabalho.

Os Artigos “Envelhecimento família e cuidador de idoso: conflitos entre demandas do trabalho de cuidado e do trabalho remunerado na esfera da produção Social” e “ A pessoa Idosa no Brasil” estão coincidindo na perspectiva da Família como atuantes no cuidado e proteção da pessoa idosa, e o profissional do Serviço Social com atuação na garantia de direitos na assistência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os artigos analisados, observa-se que a atuação do Serviço Social junto aos idosos é crucial para garantir a efetivação dos direitos dessa população em um cenário de envelhecimento populacional. As pesquisas destacam a importância do comprometimento ético-político dos assistentes sociais na defesa das políticas públicas e na qualidade dos serviços prestados aos idosos.

Além disso, as análises dos artigos ressaltam a complexidade do envelhecimento, considerando fatores como classe social, convívio familiar e as demandas específicas dos idosos. A falta de políticas sociais efetivas para os idosos, especialmente os mais pobres e vulneráveis, é apontada como um desafio significativo.

A pesquisa também destaca a relevância da família no processo de envelhecimento saudável, mas ressalta a necessidade de políticas públicas que valorizem a diversidade e promovam a participação social dos idosos.

A análise dos artigos sobre proteção social, situação social do idoso e reflexão sobre o Estatuto do Idoso destaca a importância de políticas mais direcionadas, reconhecendo que a rede de proteção social no Brasil ainda precisa de maior efetividade.

Portanto, a atuação do Serviço Social se apresenta como uma peça fundamental na promoção dos direitos, na conscientização sobre o Estatuto do Idoso e na busca por políticas mais inclusivas e eficazes para a população idosa, enfrentando os desafios do envelhecimento populacional.

REFERÊNCIAS

SANTOS, S. M.; CAMARANO, A. A. **Proteção social aos idosos na América Latina e no Brasil: avanços e desafios**. Revista Katálysis, v. 14, n. 1, p. 3-13, 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rk/a/yGpCjdCY8gjG3ZZ5dPpZbTL/?format=pdf&lang=pt]

Mendes, M. R. R. B., Gusmão, J. de L., Faro, A. C. M. e, & Leite, R. de C. B. de O. (2005). **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração**. *Acta Paulista de Enfermagem*, 18(4), 422-426. Disponível em: [https://doi.org/10.1590/S0103-21002005000400011]

Muller, E. F. (2023). **Envelhecimento, família e cuidado de idosos: os conflitos entre as demandas do trabalho de cuidado e do trabalho na esfera da produção social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.** Recuperado de Repositório Institucional da UFSC

SILVA, Maria Helena Weber; SANTOS, Elisângela Maia Pessôa. **Refletindo sobre o estatuto do idoso: em perspectiva o olhar da pessoa idosa.** 2023. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2023. Disponível em: [<https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/3455>]

IBGE] - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que fornece dados sobre a população, a economia, a educação, a saúde.

[OMS] - Organização Mundial da Saúde, que define o conceito de envelhecimento ativo e fornece orientações para a promoção da saúde e do bem-estar dos idosos

[Estatuto do Idoso] - Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre os direitos e as garantias dos idosos no Brasil. Disponível em : [<https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000200011>]

SILVA, Maria Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita. **O público e o privado na política de assistência social no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 429-449, jul./set. 2011**

SERRANO, Luzia Cristina de Almeida; JESUS, Giovanni Amadeu de; PEREIRA, Vinícius Araújo. **Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 126, p. 189-210, maio/ago. 2016.** Disponível em :[<https://doi.org/10.1590/0101-6628.066>]

Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE

MEDEIROS, Flavia Cavalcante Nicolis de. A

intervenção do serviço social direcionada aos idosos: particularidades e desafios. O Social em Questão, Rio de Janeiro, n. 48, p. 7-24, set./dez. 2020. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_48_SL2.pdf]